

RESSALVA

Atendendo solicitação da autora, o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 13/08/2020.

ISABELA LIA VACCARI

**GÊNERO, EDUCAÇÃO SEXUAL E ENSINO DE
CIÊNCIAS: PERSPECTIVAS DE PROFESSORAS
E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**



JABOTICABAL – S.P.
2018

ISABELA LIA VACCARI

GÊNERO, EDUCAÇÃO SEXUAL E ENSINO DE CIÊNCIAS: PERSPECTIVAS DE PROFESSORAS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino e Processos Formativos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Jaboticabal.

Linha de pesquisa: Ensino de Ciências

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thaís Gimenez da Silva Augusto

JABOTICABAL – S.P.
2018

Vaccari, Isabela Lia.

Gênero, educação sexual e ensino de ciências: perspectivas de professoras e professores da educação básica / Isabela Lia Vaccari. -- Jaboticabal, 2018

183 f.

Orientador: Thaís Gimenez da Silva Augusto

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Jaboticabal

1. Educação básica. 2. Educação sexual. 3. Identidade de gênero na educação. I. Título.

CDU – 613.88

GÊNERO, EDUCAÇÃO SEXUAL E ENSINO DE CIÊNCIAS: PERSPECTIVAS DE PROFESSORAS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino e Processos Formativos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Jaboticabal.

Linha de pesquisa: Ensino de Ciências

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thaís Gimenez da Silva Augusto

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof.^a Dr.^a Thaís Gimenez da Silva Augusto
UNESP – Campus de Jaboticabal

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Fernanda Aparecida Meglhioratti
UNIOESTE – Campus Cascavel

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Luciana Maria Lunardi Campos
UNESP – Campus de Botucatu

Jaboticabal

13 de agosto de 2018

Dedico este trabalho In Memoriam

À minha avó Julia, a verdadeira mãe com açúcar, por todo amor e carinho dedicados ao longo da vida, pelo cheiro de bolo emanando pela casa, pelos pedidos sempre atendidos prontamente com um sorriso no rosto, pela saudade gostosa e, por vezes, doída que deixou em nossas vidas. Obrigada por todo ensinamento de amor e paciência.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ana Beatris e Milton, por me ensinarem tudo e sempre me permitirem buscar meus sonhos. Poder ter a tranquilidade do apoio de vocês me transformou em quem eu sou agora, alguém que mesmo diante de desafios não cede. Muito obrigada pelo amor, carinho e dedicação que vêm me dedicando desde o dia em que nasci. Vocês são minha base sólida para onde sei que posso correr sempre que preciso. Amo vocês.

À minha mãe, grande amiga e parceira, por todo amor e horas de conversa sobre educação e seus diversos enfrentamentos. Muito obrigada por toda ajuda e compartilhamento. Ter dentro de casa um exemplo acadêmico é um privilégio de poucos. Obrigada por se fazer o melhor exemplo a seguir.

Ao Danilo, meu companheiro de vida. Obrigada por todo amor, dedicação, carinho e riso. Obrigada pelos conselhos – de vida e acadêmicos – e por me recentralizar nos momentos em que eu achava que não daria conta de tudo. Obrigada pelas partidas de videogame e as cervejas aos fins de semana, com você por perto foi mais fácil manter a sanidade. Amo você.

Ao meu irmão, Rafael, e cunhada, Paula – minha irmã de vida –, pelas risadas aos finais de semana e pelo amor compartilhado.

Às minhas queridas amigas-irmãs do *Caluluprisa* – Luiza, Priscila, Luisa e Carol – por se tornarem tão importantes e amadas. Vocês são o que Bauru me trouxe de mais precioso e mesmo a vida cotidiana e corrida nos forçando a nos encontrarmos cada vez menos, o laço de amizade permanece e se fortifica. Obrigada por todos os momentos.

Aos colegas de grupo de pesquisa, Letícia, Gisele, Willian e Leiriane. Obrigada pelas trocas de experiências e textos, pelas ajudas com burocracias acadêmicas e pela companhia e riso nas reuniões de sexta. Foi um prazer encontrar vocês nesse caminho.

Agradeço imensamente às professoras Luciana e Fernanda por se disponibilizarem para a banca de qualificação e defesa e por me auxiliarem a lapidar minha pesquisa buscando sempre o melhor caminho.

Por fim, em especial à minha orientadora Thaís por acolher minhas ideias e meus objetivos. Obrigada pelo apoio, pela ajuda e aconselhamento e pelas broncas que me fizeram me atentar para a grande responsabilidade que eu tinha em mãos. Sem você esse trabalho não teria saído do plano das ideias. Muito obrigada.

me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres antes de mim
pensando
o que eu posso fazer
para tornar esta montanha mais alta
para que as mulheres depois de mim
possam ver além

(KAUR, 2017, p.199) (tradução minha)

Triste, louca ou má
será qualificada
ela quem recusar
seguir receita tal

a receita cultural
do marido, da família.
cuida, cuida da rotina

só mesmo rejeita
bem conhecida receita
quem não sem dores
aceita que tudo deve mudar

que um homem não te define
sua casa não te define
sua carne não te define
você é seu próprio lar

eu não me vejo na palavra
fêmea: alvo de caça
conformada vítima

Prefiro queimar o mapa
traçar de novo a estrada
ver cores nas cinzas
e a vida reinventar.

(STRASSACAPA, 2016)

RESUMO

A presente pesquisa visou investigar as concepções de professoras e professores de Ciências de três escolas municipais de uma cidade no interior de São Paulo em relação à implementação da Educação Sexual como tema transversal. Como objetivos específicos buscamos analisar se as questões relativas à sexualidade e gênero estavam presentes nas práticas pedagógicas dessas professoras e professores e como eram abordadas; verificar se os projetos políticos pedagógicos das escolas contemplavam questões de sexualidade e gênero; investigar nos planos de ensino destas professoras e professores a presença e a abordagem da temática de pesquisa; investigar nos materiais didáticos utilizados pelas professoras e professores a presença e abordagem da temática da pesquisa; compreender os motivos que influenciam a professora e o professor a incluir ou não em sua prática as temáticas de gênero e sexualidade; compreender as abordagens destas professoras e professores em relação ao tema e as concepções que a embasam, tentando relacioná-las com a sua formação acadêmica e seus conhecimentos nessa área; e investigar se as polêmicas recentes sobre o ensino das questões de gênero nas escolas influenciam na abordagem desse tema pelas professoras e professores. Utilizamos como metodologia o desenvolvimento de entrevistas semi-estruturadas bem como a análise documental dos projetos político-pedagógicos, dos planos de ensino e dos materiais didáticos. A análise dos dados, feita a partir da Análise de Conteúdo, mostrou que os temas são tratados de maneira reducionista e higienista, não havendo preocupação com fatores sociais, culturais e psicológicos, o que pode acarretar no comprometimento da qualidade de vida das alunas e alunos e das práticas dos docentes. Além disso, as professoras e professores apontam para a falta de formação inicial e continuada para tratar os temas em sala de aula. Outro aspecto relevante é a influência dos movimentos políticos e sociais ultraconservadores na prática destas professoras e professores. A partir dos resultados da pesquisa ficou evidente a urgência em se repensar a formação inicial e continuada das professoras e professores de Ciências, de forma a possibilitar práticas que respeitem e possibilitem o desenvolvimento da educação sexual em seu sentido múltiplo e plural. Pretendemos, portanto, subsidiar o debate sobre a formação das professoras e professores de Ciências em relação aos temas da educação sexual e gênero, oferecendo parâmetros para propostas de cursos de formação para a rede pública de ensino.

Palavras-chave: Educação sexual. Gênero. Ensino de Ciências. Concepções Docentes.

ABSTRACT

The present research aimed to investigate the conceptions of science teachers from three municipal schools of a city in the interior of São Paulo in relation to the implementation of Sexual Education as a transversal theme. As specific objectives, we sought to analyze whether issues related to sexuality and gender were present in these teachers' pedagogical practices and how they were approached; to verify if the political pedagogical projects of the schools contemplated questions of sexuality and gender; to investigate in the teaching plans of these teachers the presence and the approach of the research theme; to investigate in the didactic materials used by these teachers the presence and approach of the research theme; to understand the reasons that influence the teachers to include in their practice the themes of gender and sexuality; to understand the approaches of these teachers in relation to the theme and the conceptions that support it, trying to relate them to their academic formation and their knowledge in this area; and to investigate whether the recent controversies about the teaching of gender issues in schools influence the approach of this theme by the teachers. We used as methodology the development of semi-structured interviews as well as the documentary analysis of political-pedagogical projects, teaching plans and didactic materials. The analysis of the data, based on the Content Analysis, showed that the subjects are treated in a reductionist and hygienist manner, without concern for social, cultural and psychological factors, which can lead to a compromise in the quality of life of the students and teachers' practices. In addition, teachers point to the lack of initial and continuing training to work with the topics in the classroom. Another relevant aspect is the influence of ultraconservative political and social movements in the practice of these teachers. From the results of the research it was evident the urgency to rethink the initial and continuous formation of the science teachers', in order to enable practices that respect and enable the development of sexual education in its multiple and plural sense. We intend, therefore, to subsidize the debate about the formation of science teachers' in relation to the themes of sex education and gender, offering parameters for proposals of training courses for the public-school system.

Keywords: Sex education. Gender. Science teaching. Teachers conceptions.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CONSED	Conselho Nacional dos Secretários de Educação
CNTE	Conferência Nacional dos Trabalhadores da Educação
DEM	Democratas
DST's	Doenças sexualmente transmissíveis
ESP	Escola Sem Partido
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GTPOS	Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual
IBECC	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
INEP	Instituto Nacional de estudos e Pesquisa
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, <i>Queer</i> e Intersex
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização não governamental
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDC	Projeto da Cura Gay
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PNE	Plano Nacional da Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 GÊNERO E SEXUALIDADE	25
2.1 GÊNERO.....	25
2.2 EDUCAÇÃO SEXUAL OU ORIENTAÇÃO SEXUAL?	34
2.3 ENSINO DE CIÊNCIAS, GÊNERO E SEXUALIDADE	44
3 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E A SEXUALIDADE E GÊNERO	49
3.1 SEXUALIDADE E GÊNERO NO VOLUME 10.5 DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN) – TEMA TRANSVERSAL – ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	56
3.2 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	62
3.3 O CONSERVADORISMO POLÍTICO-RELIGIOSO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO E NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	68
4 METODOLOGIA.....	76
5 ANÁLISE DOS DADOS.....	82
5.1 PROJETOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS.....	83
5.2 PLANOS DE ENSINO	91
5.3 MATERIAL DIDÁTICO.....	95
5.4 ENTREVISTAS	103
5.4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	104
5.4.2 FORMAÇÃO PARA ABORDAR O TEMA “SEXUALIDADE E GÊNERO”	105
5.4.3 CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS E PROFESSORES SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO	110
5.4.4 CONCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DOS PROFESSORES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL E AS POLÊMICAS ENVOLVENDO O TEMA EM SALA DE AULA	122
5.4.5 CONCEPÇÕES QUE OS PROFESSORES TÊM EM RELAÇÃO A GÊNERO E À IDENTIDADE DE GÊNERO.....	144

5.4.6 RELAÇÃO DOS PROFESSORES COM OS MATERIAIS DIDÁTICOS, O PCN E O PPP ...	151
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	165
APÊNDICES	179
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	180
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	182
APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	184

APRESENTAÇÃO

O interesse em estudar os temas de sexualidade e gênero primeiramente surgiu num sentido amplo e devo boa parte disso ao convívio com os colegas da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara. Formada em Ciências Biológicas, ingressei no curso de Letras habituada com uma visão de mundo pragmática, focada nas Ciências e nas resoluções de problemas ambientais e de saúde. Logo tive a oportunidade de conviver com coletivos feministas e de presenciar discussões que envolviam todas as questões de violência contra as mulheres, as questões de liberdade sexual, e as consequências de uma sociedade calcada em valores patriarcais. Além disso, ao longo dos quatro anos de graduação pude observar a luta dos coletivos LGBTQI¹ e a necessidade em se educar uma população livre de discriminações quanto à sexualidade, identidade e expressão de gênero.

Concomitantemente, iniciei minha jornada como professora de Biologia no Curso Unificado do Campus de Araraquara – CUCA, um projeto de extensão universitária no formato de cursinho pré-vestibular que tem como intuito proporcionar aos alunos e alunas financeiramente carentes o acesso à universidade. Logo reconheci ali um caminho profissional a seguir e não demorou para que os dois interesses se encontrassem. Enxerguei na educação uma ferramenta preciosa para contribuir na busca por uma sociedade mais justa e consciente, e na minha profissão a responsabilidade em transmitir valores que respeitassem todos os aspectos do ser humano.

A necessidade de leitura envolvendo os temas cresce desde então e disto surgiu a motivação para ingressar em um programa de pós-graduação e contribuir para as pesquisas em educação. Os estudos de gênero e sexualidade buscam compreender, discutir e problematizar que as normas e diferenças de comportamento entre as pessoas de gêneros e orientações sexuais diversas são produzidas por variadas instâncias sociais. Todos nós participamos deste processo de produção, de forma mais ativa ou passiva, sofrendo-os ou impondo-os, a nós mesmos e aos outros. Refletir sobre este processo e

¹ Existem muitas nomenclaturas válidas sendo utilizadas, as quais inserem mais sujeitos. Apesar da mais utilizada ser a sigla LGBT (adotada pelo MEC, inclusive), neste trabalho aderimos à sigla LGBTQI que inclui além da orientação sexual e da diversidade de gênero a perspectiva teórica e política dos Estudos *Queer*.

nossa participação neles – tanto na escola, como educadores, quanto em qualquer outro espaço – é fazer uma discussão política.

Neste sentido, como educadores temos o dever e a responsabilidade de auxiliar na deseducação destes comportamentos estereotipadores e misóginos, possibilitando a criação de uma sociedade mais justa e equânime no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade. Para tal, trazer essas discussões para o campo político promovendo pesquisas que levem em conta esses aspectos na educação é uma ferramenta poderosa que temos em mãos.

Com o intuito de compreendermos como tem ocorrido o trabalho com a temática de sexualidade e gênero na disciplina de Ciências em três escolas de uma cidade no interior do estado de São Paulo desenvolvemos nossa pesquisa, que está detalhadamente descrita no presente documento.

O documento está organizado em seis capítulos: Introdução; Gênero e Sexualidade; Políticas Públicas em Educação e a Sexualidade e Gênero; Metodologia; Análise dos Dados e Considerações Finais.

O Capítulo 1 consiste em uma **Introdução**, trazendo as justificativas e objetivos da nossa pesquisa e contextualizando-a na realidade educacional brasileira.

O Capítulo 2 denominado **Gênero e Sexualidade** é dividido em seções. Na primeira, chamada **Gênero**, mostramos o delineamento histórico do termo “gênero”, bem como as principais teorias que o envolvem.

Na segunda seção, denominada **Educação Sexual ou Orientação Sexual?**, trazemos um levantamento do uso destes diferentes termos para designar o trabalho feito com a sexualidade no contexto escolar a fim de delimitarmos qual era o melhor termo a ser usado no caso de nossa pesquisa.

A terceira seção, denominada **Ensino de Ciências, Gênero e Sexualidade**, traz uma contextualização dos motivos que nos levaram a delimitar esta pesquisa às professoras e professores de Ciências e qual a relação entre essa disciplina e os temas de sexualidade e gênero.

O capítulo 3, denominado **Políticas Públicas em Educação e a Sexualidade e Gênero**, fala sobre as principais leis e documentos da educação e investiga como estes documentos trazem as questões de sexualidade e gênero para o âmbito educacional. Ele está dividido em 3 seções. A primeira, **Sexualidade e Gênero no Volume 10.5 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – Tema Transversal – Orientação Sexual**, analisa como o tema foi apresentado neste documento. A segunda, **Base Nacional Comum Curricular**, mostra como este documento foi construído e as mudanças que sofreu até sua homologação. Por fim a terceira seção, **O Conservadorismo Político-Religioso e suas Implicações no Ensino e nas Políticas Educacionais**, traz um levantamento histórico sobre os movimentos sociais que buscam impedir que as questões de sexualidade e gênero sejam tratadas dentro do ambiente escolar e quais são as implicações destes movimentos nas políticas educacionais.

O capítulo 4, denominado **Metodologia**, apresenta os caminhos metodológicos seguidos pela nossa pesquisa e o detalhamento de cada etapa, desde a preparação dos Termos de Consentimento Livres Esclarecidos até o momento de análise de dados.

O capítulo 5, denominado **Análise dos Dados**, apresenta os dados coletados nas escolas e com as professoras e professores entrevistadas(os) participantes desta pesquisa, bem como a análise e discussão dos mesmos.

O capítulo 6, denominado **Considerações Finais**, consiste nas conclusões que pudemos chegar ao fim das análises de nossos dados feitas a partir das perspectivas da nossa fundamentação teórica.

Por fim, listamos as **Referências** utilizadas ao longo da pesquisa e os **Apêndices**.

1 INTRODUÇÃO

Os debates que concernem a sexualidade e gênero ganharam destaque nas últimas décadas. No que tange à educação, as discussões colocam em pauta as dimensões sociais para a abordagem da temática, incorporados em documentos legais, como a oficialização nos Parâmetros Curriculares Nacionais do tema transversal “Orientação Sexual” (LEÃO; REZENDE; RIBEIRO, 2008; BRASIL, 1998b).

Apesar dessa inserção nos currículos escolares há vinte anos, poucos são os avanços nas discussões e abordagens no espaço escolar. De acordo com Costa e Souza (2016), pesquisas ressaltam que as questões de gênero e sexualidade têm se configurado um desafio recorrente na escola, e muitos são os motivos que o explicam: o desconhecimento da abordagem transversal da temática, a falta de formação de docentes – os quais se sentem desconfortáveis e despreparados para desenvolver um trabalho pedagógico, especialmente nos primeiros níveis de escolarização. Além disso, os autores apontam para a questão da responsabilidade escolar ser vista no sentido de transmitir conhecimentos científicos e conteúdos expressos nos currículos escolares, sendo as questões sobre sexualidade e gênero uma responsabilidade da família.

Ademais, a temática de gênero e sexualidade é um território problemático quando pensamos no espaço escolar e nas leis, projetos e documentos referentes a educação no Brasil (MAIA, 2017). De acordo com Sevilla e Seffner (2017), o campo educacional tem sido palco de controvérsias entre grupos conservadores – formados majoritariamente por fundamentalistas religiosos – e estudiosos e militantes. “Projetos como o chamado Escola Sem Partido se alastraram pelo Brasil e se somam a discussões sobre a retirada dos termos que fazem referência a gênero e sexualidade, em especial a partir de 2014, quando o Plano Nacional de Educação (PNE) exclui estas palavras do documento” (SEVILLA, SEFFNER, 2017b, p.01). Também podemos citar outras mudanças, como a recente reforma do ensino médio e a elaboração e homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ocorrida em 20 de dezembro de 2017, que retiraram também esses temas de seus textos. Essas mudanças apontam para um grande retrocesso no que se refere a uma educação que promova respeito e equidade.

Tais retrocessos são perceptíveis com o crescimento de um ambiente de intolerância com a diferença, de extremismos, de uma maior visibilidade aos discursos de ódio, o crescimento da desigualdade com relação a minorias, fundamentalismos, descrença na democracia e

redução do pluralismo democrático (SEVILLA; SEFFNER, 2017a, p.01).

A intersecção das relações de gênero e educação ganhou maior visibilidade nas pesquisas educacionais somente em meados de 1990, devido aos avanços na sistematização de reivindicações que visavam à superação – no âmbito do Estado e das políticas públicas – de uma série de medidas discriminatórias da mulher (VIANNA; UNBEHAUM, 2004).

No âmbito escolar, as relações de gênero sempre tiveram pouca relevância entre professoras e professores, bem como no conteúdo dos cursos de formação docente, que geralmente estão completamente ausentes nas grades curriculares. Vianna e Unbehaum (2004) apontam que isto pode estar associado a dificuldade em trazermos para o centro das reflexões não apenas as desigualdades entre os gêneros, mas os significados de gênero que subjazem as desigualdades e que são pouco contemplados pelas políticas públicas que ordenam o sistema educacional.

O papel do Estado para a construção da igualdade é determinante, mas não apenas nesta regulação de leis que coíbam a discriminação. Seu papel é fundamental também como agente de mudanças culturais e das condições de vida das mulheres e na proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero e etnia. Essas políticas devem enfrentar eixos centrais que constroem a desigualdade cotidianamente, ou seja, a falta de autonomia pessoal e econômica, a desigualdade na divisão do trabalho na família, a autonomia do corpo e da sexualidade, rompendo com o silêncio e a invisibilidade das vozes das mulheres (SOARES, 2004). Para além disso, não podemos deixar de pensar na questão da dificuldade enfrentada pela população transexual e intersexual para se inserir na escola e no mercado de trabalho, pois esta ainda se vê desatendida pelo Estado:

São múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores. Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições (BENTO, 2011, p. 554).

Quando falamos em políticas públicas e a reivindicação por direitos humanos, falamos de um grupo muito reduzido de sujeitos que são automaticamente lançados ao

topo da hierarquia social, são os homens cisgênero², heterossexuais, brancos e membros da elite econômica/intelectual/política. Aquela e aquele que se afastam desses pontos qualificadores de humanidade se deparam com uma redução na capacidade de entrar na esfera dos direitos e reivindicá-los: “os direitos humanos se transformam, nesse processo, num arco-íris: lindo de se ver, impossível de se alcançar. As normas de gênero só conferem vida àqueles seres que estão “ajustados” a essa expectativa” (BENTO, 2011, p. 554).

A abordagem dos temas da sexualidade e gênero sob uma perspectiva de valorização da diversidade sexual e de identidades é muito recente e ao longo do tempo diferentes visões sobre os temas coexistiram e disputaram espaço no âmbito dos discursos e práticas de instituições e atores sociais. Desta forma, a valorização da igualdade de gênero e da diversidade sexual convive e é confrontada com outros enfoques, como aqueles que enfatizam as convenções de gênero e os padrões de heteronormatividade (PEREIRA; MONTEIRO, 2013).

A escola, para Seffner (2011), tem duas grandes missões: a alfabetização científica e a socialização das crianças e adolescentes. As políticas de equidade promovem um ambiente escolar sadio, onde os preconceitos e as situações de baixa autoestima são diminuídos. Para o autor, essas políticas de promoção da diversidade sexual e da equidade de gênero não são políticas para as menores, e sim para todas as alunas e alunos, pois “todos nós temos atributos pessoais que podem nos tornar alvo de estigma, gerando tensão social, o que diminui as chances de rendimento escolar” (SEFFENER, 2011, p. 571).

A sexualidade é um importante foco político e instrumento de tecnologia de governo, e é no século XX que se consolida um modelo de controle social denominado por Foucault de biopoder. Este modelo é marcado por um investimento político na vida e o controle da sexualidade é fundamental neste sentido.

A importância do sexo como foco de disputa política deve-se ao fato de ele se encontrar na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda uma tecnologia política da vida: o sexo faz parte das disciplinas do corpo – permitindo o exercício de micro poderes – e pertence à regulação das populações. Assim, a sexualidade

² Conceito que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado biologicamente, ou seja, o que corresponde às suas genitálias e cromossomos (JESUS, 2012).

foi esmiuçada e tornou-se chave da individualidade, dando acesso à vida do corpo e à vida da espécie, permitindo o exercício de um biopoder sobre a população. Por sua vez, a escola desponta como um espaço privilegiado para o desenvolvimento do biopoder, buscando garantir amplo impacto populacional no controle da sexualidade de crianças e, principalmente, adolescentes (ALTMANN, 2005, p. 15).

Não é fácil a missão de definir o que é sexualidade, pois são muitas as formas de compreendê-la. Neste trabalho consideramos a definição de Louro (2007), que afirma que a sexualidade não deve ser entendida apenas sob o prisma biológico, ela supõe mais do que corpos e nela estão envolvidos fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos e representações mobilizados para expressar desejos e prazeres. Além disso, consideramos a definição da Organização Mundial da Saúde:

Sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo de sua vida e abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experimentada e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, cultural, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2007, p. 05) (tradução minha).

Além disso, é necessário que delimitemos brevemente outros termos presentes nessa pesquisa, pois muitos deles são facilmente confundidos. O sexo biológico, na perspectiva de Arán (2006), é algo definido pela natureza, fundamentado em um corpo orgânico, biológico e genético. Outro aspecto desse termo que não pode ser ignorado é o social, pois nossa sociedade é construída a partir desses órgãos:

O sexo biológico masculino e a presença do pênis foram e ainda são frequentemente associados ao poder, força e inteligência. Já o sexo biológico feminino e a presença de vagina são quase automaticamente associados à submissão ao homem, à fragilidade e à doçura. (SOUZA; MEGLHIORATTI, 2017, p. 06-07).

Por orientação sexual levamos em consideração a definição estabelecida por Simões e Fachinni (2009), que se refere ao gênero – ou aos gêneros – que constitui o objeto de desejo de uma pessoa. Para os autores a orientação sexual não deve ser pensada como um resultado de escolhas racionais do sujeito, portanto não devemos falar em opção sexual, visto que a dimensão do desejo não cabe numa escolha racional.

O conceito de gênero compreende todos os seus desdobramentos históricos, teóricos e políticos. No capítulo 2, intitulado Gênero e Sexualidade, faremos um levantamento mais detalhado da trajetória histórica deste termo e das diferentes vertentes que o definem. Concordamos com Scott (1995) quando diz que o núcleo de sua definição repousa na conexão entre duas posições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

De acordo com Jesus (2012), o gênero com o qual uma pessoa se identifica pode concordar ou não com o gênero a ela atribuído ao nascer, e a isso chamamos identidade de gênero. Já a expressão de gênero pode ser entendida pela forma como uma pessoa se apresenta, seu comportamento e sua aparência, de acordo com as expectativas sociais para um determinado gênero – essas expectativas sociais dependerão da cultura em que a pessoa está inserida. Por fim, papel de gênero pode ser entendido pelo modo de agir em determinadas situações e as funções sociais conforme o gênero atribuído às pessoas, e esta forma de agir é ensinada desde o nascimento, ou seja, é uma construção de cunho social das diferenças entre homens e mulheres.

A partir desta reflexão breve sobre alguns dos termos constituintes da sexualidade e do gênero percebemos a complexidade que permeia a educação sexual. Para que a escola discuta a sexualidade em seu caráter multidimensional é essencial que a formação das professoras e professores contemple este aspecto, pois essa discussão depende, entre outras coisas, de profissionais que se sintam capazes de abordar e problematizar além dos aspectos associados ao corpo biológico, os aspectos sociais, culturais, éticos, filosóficos e psicológicos, uma vez que eles, em conjunto com a Biologia, trarão sentido à sexualidade e auxiliarão as professoras e professores a desenvolverem essa temática de forma a possibilitar que esses atores sociais tenham uma vivência responsável de sua sexualidade (BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2015).

A abordagem restrita ao biológico, historicamente, sempre esteve presente no trabalho da Educação Sexual no espaço escolar, através das aulas de Ciências e Biologia. Furlani (2005) aponta que o problema não está na presença deste tipo de abordagem – que é necessária –, mas no fato da sua exclusividade implicar em um currículo de abordagem limitada e reducionista. A ênfase concedida, nas práticas

educativas, à prevenção de IST's³ pode acabar rodeando o exercício da sexualidade com uma aura de perigo e doença, o que é extremamente prejudicial para a vivência sexual desses alunos.

Para Ribeiro (2013), a formação das professoras e professores em educação sexual, além de urgente, necessita de objetivos e parâmetros norteadores com ênfase na promoção da cultura do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, da igualdade de gênero e da sexualidade como elementos integrantes do processo de construção de uma cidadania ativa. O esclarecimento dos aspectos psicossociais da sexualidade amplia seu campo de abrangência, que geralmente se restringe à informação biológica e anátomo-fisiológica da função sexual e à prevenção das IST's, temas importantes e essenciais, mas não únicos.

As pesquisas feitas com as professoras e professores em relação às suas práticas educacionais são de extrema importância, pois podemos observar as diferenças entre o que se espera do ensino, o que está previsto nos currículos e projetos pedagógicos e o que realmente acontece dentro da sala de aula. Para Carvalho e Gil-Pérez (1992), as pesquisas em ensino de Ciências, principalmente aquelas que investigam a sala de aula, têm mostrado a grande diferença existente entre o idealizado pelos organizadores de currículo e o realizado pelos professores. Não basta apenas fundamentar e desenhar um currículo, é necessário também preparar adequadamente os professores com a mesma fundamentação. Ou seja, incluir a Educação Sexual como tema transversal não é suficiente, muito menos eficiente, se não houver um respaldo para a formação docente.

De acordo com Reis e Ribeiro (2005), as professoras e professores que lidam com crianças e jovens têm papel fundamental no processo de aquisição de conhecimentos de suas alunas e alunos. Há, então, uma necessidade dessas professoras e professores terem um espaço em que possam se formar como orientadores conscientes e capazes de indicar caminhos e escolhas que tornem a vida do indivíduo menos traumática, com menos preconceitos e desinformação.

³ A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passa a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas (DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS IST, DO HIV/AIDS E DAS HEPATITES VIRAIS, 2018).

As professoras e os professores, ao lidarem com a educação sexual, lidam também com valores familiares e modos de conduta que podem parecer, à primeira vista, estranhos ao lado de outros que nos parecem desejáveis e corretos. Considerando que nossa sociedade comporta uma grande diversidade em relação à origem, poder aquisitivo, convicções religiosas, convicções políticas e padrões de organização familiar, cabe-nos questionar: existem modelos válidos para oferecer às crianças? Quais critérios devem ser utilizados para fornecer as informações? Existem parâmetros morais ou comportamentais válidos para todas as tentativas de realizar uma educação sexual? A imposição de qualquer valor dogmático na escola confundiria as finalidades da educação sexual, tornando-a um mecanismo de repressão sexual. É necessário que o tema seja abordado pelas professoras e professores, mas é fundamental que saibam aceitar e conviver com a diferença, a diversidade de condutas, valores, crenças e convicções que caracterizam diferentes grupos sociais (REIS; RIBEIRO, 2005).

As informações fornecidas pelas professoras e professores quanto à sexualidade e a forma como eles lidam com as perguntas de seus alunos e com situações vivenciadas na sala de aula devem também ser cuidadosas no que diz respeito às questões de gênero e as estereotipias, pois a professora e o professor são vistos como um exemplo, especialmente pelas crianças mais jovens. De acordo com Vieira (2013), as ideias aprendidas na escola e raramente questionadas, sobre o que é suposto ser-se ou fazer-se enquanto membro de determinado gênero, costumam ser reforçadas pelos agentes socializadores junto das crianças pequenas, em contextos como a família e a escola, podendo interferir nos trajetos individuais de meninas e meninos, nas fases subsequentes do desenvolvimento.

Com efeito, o poder normativo das crenças associadas ao gênero tem probabilidade de arrastar consigo penalidades para ambos os gêneros⁴, fato que poderá constituir um obstáculo real à liberdade individual para aprender a tomar decisões, para a escolha de áreas de estudo e de domínios profissionais, para a iniciativa de participação cívica e política na comunidade, ou ainda para assunção autônoma de

⁴ Consideramos, nessa perspectiva, também os gêneros não-binários, ou seja, aqueles que além de transgredirem à imposição social recebida ao nascer, ultrapassam os limites e fluem em diversos pontos na linha entre os polos feminino e masculino: “indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, fluidez em suas identificações” (REIS; PINHO, 2016, p. 14).

responsabilidades ao nível familiar, quer seja no cuidado a dependentes, quer no que concerne às rotinas típicas da domesticidade (VIEIRA, 2013).

Assim, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar e compreender as concepções dos professores e professoras de Ciências em relação à implementação da Educação Sexual como tema transversal, o que compreende não apenas o tratamento “biologizante” do tema, mas uma abordagem mais ampla que inclui as questões de gênero. Por meio dela, buscamos compreender as concepções e relacioná-las com a formação destas professoras e professores, bem como analisar se há relação com fatores como religiosidade, concepções políticas, concepções de família, entre tantas questões que podem influenciar no ensino.

Como objetivos específicos buscamos:

- analisar se as questões relativas à sexualidade e gênero estavam presentes nas práticas pedagógicas de três escolas municipais de uma cidade no interior do estado de São Paulo e como eram abordadas;
- verificar se os projetos políticos pedagógicos das escolas contemplavam questões de sexualidade e gênero;
- investigar nos planos de ensino das professoras e professores de Ciências a presença e a abordagem da temática de pesquisa;
- investigar nos materiais didáticos utilizados pelas professoras e professores a presença e abordagem da temática da pesquisa, bem como quaisquer estereótipos de gênero⁵;
- compreender os motivos que influenciam a professora e o professor a incluir ou não em sua prática as temáticas de gênero e sexualidade;
- compreender as abordagens destas professoras e professores em relação ao tema e as concepções que a embasam, tentando relacioná-las com a sua formação acadêmica e seus conhecimentos nessa área;

⁵ A análise dos materiais didáticos não estava prevista na metodologia desta pesquisa, porém aderimos à sugestão das professoras componentes da banca de qualificação, que enxergaram na fala das professoras e professores um indício de que o próprio material didático não oferecia respaldo para um tratamento amplificado das temáticas de sexualidade e gênero.

- e investigar se as polêmicas recentes sobre o ensino das questões de gênero nas escolas influenciam na abordagem deste tema pelas professoras e professores.

A escolha por professores apenas da disciplina de Ciências se deu a partir da premissa de que esta é privilegiada por incluir os conteúdos de sistema reprodutor e do corpo humano, mesmo não concordando com essa visão, não podemos desconsiderá-la por corresponder à realidade escolar brasileira. Cabe destacar que para Bordini (2012) a escola é lugar privilegiado para ação de um discurso de poder sobre as/os estudantes, trabalhando conteúdos que garantem o controle da sexualidade, objetivando a produção de sujeitos saudáveis, ou seja, sujeitos com conhecimentos a respeito de como se prevenir das doenças relacionadas ao sexo, seus órgãos sexuais, hormônios e sua fisiologia reprodutiva. Para a autora, a tarefa da educação sexual:

(...) recai sobre as professoras da disciplina de Ciências. (...). Assim, ensinada por professoras formadas em Ciências Biológicas e baseada em livros didáticos de Ciências, a sexualidade está fortemente marcada por este campo disciplinar e sua perspectiva cientificista (BORDINI, 2012, p. 68).

Utilizamos como metodologia a análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos de Escolas municipais da cidade em que a pesquisa foi realizada, bem como dos planos de ensino de todas as professoras e professores de Ciências destas escolas e dos materiais didáticos utilizados por eles e fornecidos pela Prefeitura Municipal. Para análise dos documentos utilizamos como técnica a definição de palavras-chave, para que encontrássemos nos documentos quaisquer menções sobre nossa temática, técnica conhecida por indexação (BARDIN, 2011).

Além disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com essas mesmas professoras e professores, a fim de compreender suas práticas e concepções a respeito dos temas de gênero e sexualidade. Utilizamos a análise de conteúdo como instrumento metodológico de análise das entrevistas, definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 44). Classificamos o material analisado em temas e categorias a fim de desdobrarmos o texto em unidades.

No próximo capítulo trazemos de forma mais detalhada a trajetória histórica do termo gênero, bem como as diferentes vertentes sociopolíticas que o incluem. Além

disso, nos dedicamos a definir brevemente o que vem a ser educação sexual, suas diferentes abordagens e quais os fatos histórico-políticos que explicam o uso do termo orientação sexual. Essas definições são de extrema importância pois contextualizam os termos que fundamentam nossa pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos sobre a educação sexual e as questões relativas ao gênero, precisamos considerar todos os aspectos que circundam essa temática, como os documentos oficiais da educação, as políticas educacionais, o contexto político de cada momento histórico do país e como estes aspectos interferem na realidade escolar. Neste sentido, a metodologia desta pesquisa tomou forma.

Primeiramente, quando refletimos a respeito dos PCN em seu volume Orientação Sexual verificamos que este traz propostas educativas suficientes para que os temas aqui investigados sejam tratados de forma a respeitar a multiplicidade que envolve a sexualidade humana. Entretanto, ao analisarmos esse documento percebemos que apesar dele trazer as questões de identidade de gênero, ainda há o reforço de uma perspectiva binária, afirmando que os indivíduos se reconhecem como mulheres ou homens, ignorando outras possibilidades de identificação e até mesmo a ausência de uma identificação. Além disso, quando investigamos quais as concepções que as professoras e professores de Ciências entrevistados nesta pesquisa tinham a respeito do documento, poucos afirmaram já ter lido o volume que trata da Orientação Sexual e, mesmo assim, dizem não se lembrar do seu conteúdo. Ou seja, geralmente os documentos são escritos por especialistas, sem a participação ativa de professores – que, dito anteriormente, são excluídos dessa formulação – e sem que estes recebam uma efetiva formação a respeito de seus conteúdos. Apenas uma das seis professoras entrevistadas afirmou que a escola em que leciona faz formações continuadas utilizando o PCN como material de estudo, porém seus colegas da mesma escola não afirmaram o mesmo, o que nos sugere que haja uma falha na formulação dessas atividades de formação.

Analisando as entrevistas em um âmbito geral, podemos perceber que as práticas de todas as professoras e professores entrevistados condiz com o que foi discutido em nossa fundamentação teórica, ou seja, há uma perpetuação de uma educação sexual pautada em questões exclusivamente biológicas e preventivas, ausentando-se todos os outros aspectos da sexualidade humana. Em relação às suas crenças a respeito da identidade de gênero, das diferenças entre os gêneros e da construção social de papéis de gênero, em diversos momentos notamos a presença de erros conceituais, misturando a definição de termos, e a presença de falas que perpetuam preconceitos de gênero e

estereotípias. Quando relacionamos este resultado com a questão de formação destas professoras e professores, fica evidente que existe uma lacuna. Como esperar uma prática que respeite e entenda a diversidade sexual e de gênero se estes não receberam uma formação pautada nesses valores? Além disto, os próprios PPP's das escolas em que lecionam e os materiais didáticos fornecidos a elas e ele perpetuam esta visão reducionista, ou seja, estas professoras e professores também não recebem diretrizes que orientem o tratamento destes temas em um sentido amplificado.

Ao relacionarmos as práticas dessas professoras e professor, percebemos que condizem com a primeira abordagem da educação sexual descrita por Furlani (2011): abordagem biológico-higienista. Nesse sentido, embora existam outras abordagens e muito se tem discutido sobre essas questões na atualidade, ainda se propagam valores antigos, relacionando a sexualidade com saúde, prevenção e planejamento familiar.

Em relação às políticas públicas de educação, vivemos um momento histórico e crucial para a educação sexual e os estudos de gênero. O crescimento dos movimentos políticos e sociais ultraconservadores é evidente e já alcançou alguns resultados, como a supressão dos termos “orientação sexual” e “gênero” do Plano Nacional da Educação, em 2014, e a homologação da Base Nacional Comum Curricular, em 2018, também com ausência destes termos. Além disso, o movimento Escola Sem Partido cresce cada vez mais, já estando presente na tramitação de projetos de leis em 23 estados do país. Todos os dias nos deparamos com notícias de professoras e professores perseguidos por pais que alegam haver doutrinação em suas aulas, fato que aconteceu mais de uma vez na cidade em que esta pesquisa foi realizada. Estes movimentos certamente exercem influência na prática de professoras e professores, o que pudemos perceber em suas falas, pois afirmaram ter receio de serem perseguidos por pais e até mesmo de sofrerem retaliação por parte das próprias alunas e alunos.

Portanto, ao retornarmos às perguntas que fizemos no início desta pesquisa, pudemos observar que a educação sexual está, sim, presente nas práticas das professoras e professores entrevistados, porém a abordagem em todos os casos se deu de forma reduzida aos aspectos biológicos e reprodutivos. Este resultado é esperado quando consideramos que nenhuma destas professoras e professores recebeu formação para tratar dos temas de outra forma. Além disto, a influência da atual conjuntura política brasileira e a transformação de acontecimentos envolvendo o tratamento dos temas em sala de aula em verdadeiros espetáculos de pânico moral é evidente, o que, sem dúvida,

resultará em professoras e professores desestimulados a procurar formação na área e temerosos a tratar estes temas sob quaisquer perspectivas.

Diante do exposto, fica evidente que os estudos de gênero e sexualidade ainda possuem um longo caminho a percorrer e que a realidade de uma escola que respeite a multiplicidade que envolve a sexualidade humana ainda está distante em nosso país. Além disso, pudemos confirmar a urgência em se oferecer formação para que professoras e professores compreendam todos os aspectos que envolvem os temas aqui pesquisados, tornando-se docentes preparados para lidar com as dúvidas de suas alunas e alunos.

Os resultados alcançados na presente pesquisa reforçam a necessidade de se repensar a educação sexual e a formação inicial e continuada das professoras e professores de Ciências. Além disto, mais uma vez se evidenciou como a cultura heteronormativa e machista é sólida em nossa sociedade e só através da educação é que podemos nos reeducarmos no sentido de desaprender tantos estereótipos que envolvem as questões de sexualidade e gênero. Ademais, é alarmante o crescimento da força dos movimentos conservadores e sua influência no âmbito educacional, o que reforça nosso papel, como professoras e professores, na luta pelo respeito aos valores constitucionais que envolvem a liberdade de crenças e a pluralidade de ideias e por uma educação de qualidade, libertadora e formadora de cidadãos conscientes.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Márcia Adriana Brasil; GONÇALVES, Josiane Peres. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. **Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, a. 9, v., p. 36-44, jan./jun. 2017.

ALMEIDA, Maria Izabel de. Docentes para uma educação de qualidade: uma questão de desenvolvimento profissional. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 165-176, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a08.pdf>>. Acesso em 01 jul. 2018.

ALTMANN, Helena. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 46, p. 287-310, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 set. 2017.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575, jan. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200014/8868>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

AMORIM, Antonio Carlos. In: ALVES FILHO, Manuel. Base Curricular é conservadora, privatizante e ameaça autonomia, avaliam especialistas. **Jornal da UNICAMP**. 04 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/04/base-curricular-e-conservadora-privatizante-e-ameaca-autonomia-avaliam>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

ANDRADE, Francisco Leal de. **Determinismo biológico e questões de gênero no contexto do ensino de biologia**: representações e práticas de docentes do Ensino Médio. Dissertação (Mestrado Em Ensino, História e Filosofia das Ciências) – Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2011.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Moção Contrária à Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/nota_da_anped_sobre_a_entrega_da_terceira_versao_da_base_nacional_comum_curricular_abril_2017.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2017.

ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**, Rio de Janeiro – RJ. v. 9, n. 1, p. 49-63, jan/jun, 2006.

ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 167-184, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Felipe; ANDRADE, Marcelo. “Ser mulher não tem a ver com dois cromossomos X”: impactos da perspectiva feminista de gênero no ensino de ciências. **Rev. Diversidade e Educação**, v.4, n.8, p. 56-64, jul. /dez. 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida, volume 2. Tradução de Sérgio Milliet. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, 2008.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v19, n.2, p.549-559, agosto, 2011.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BONZANINI, Taitiâny Kárita; BASTOS, Fernando. Formação continuada de professores de Ciências: algumas reflexões. In: Encontro nacional de pesquisa em educação em Ciências, 7, 2009, Florianópolis. **Anais do ... Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação em Ciências**. Belo Horizonte: ABRAPEC, 2009.

BORDINI, Satina Célia. O lugar da educação para a sexualidade na disciplina de Ciências e suas relações com o saber científico. **Contexto & Educação**. Editora Unijuí, ano 27 nº. 88 jul. /dez. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 11º ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA, 2012.

BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Silêncio! Não desperte os inocentes: sexualidade, gênero e educação sexual a partir da concepção de educadores. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.10, n. esp. n. 2, p. 1445-1461, 2015.

BRASIL. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em 27 setembro de 2017.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em 26 setembro 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Proposta preliminar, segunda versão revista. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em 02 abril de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Versão final. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em 02 abril de 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei n.867 de 2015** (da Câmara dos Deputados). Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em 26 março de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, Sexualidade e Currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 83-111.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. – 3 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMARGO, Kenneth; ROHDEN, Fabíola; CÁCERES, Carlos F. **Ciência, gênero e sexualidade**. In: Sexualidade e Política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos. Rio de Janeiro: ABIA, 2011.

CAMARGO, Nilce Svarcz Jungles; BLASZKO, Caroline Elizabel; UJIIE, Nájela Tavares. O ensino de Ciências e o papel do professor: concepções de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. In: **XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)**, 26 a 29 de outubro de 2015, Curitiba – PR. Anais. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19629_9505.pdf>. Acesso em 26 de dezembro de 2017.

CARREIRA, Denise. O Informe Brasil – gênero e educação: da CONAE às Diretrizes Nacionais. In: CARREIRA, Denise et al. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016.

CERQUEIRA, Aliana Georgia Carvalho; CERQUEIRA, Aline Carvalho; SOUZA, Thiago Cavalcante; MENDES, Patrícia Adorno. **A trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira**. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT14092013162714.pdf>>. Acesso em 26 setembro 2017.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers**. London, MacGibbon & Kee, 1972.

COSTA, Ana Paula; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade e relações de gênero: a formação docente em questão. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

COSTA, Paula Narranjo da; SOUZA, José Camilo Ramos de. Sexualidade, gênero e ensino de ciências: buscando novos sentidos. In: **III Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**, 05 a 07 de outubro de 2016, Natal – RN. Anais. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_M D1_SA11_ID11939_17082016225830.pdf>. Acesso em 17 de novembro de 2017.

COVINO, Liliana. Sintonia entre a teoria e a prática no ensino de língua inglesa nos parâmetros curriculares nacionais. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, 2013, n. 11, p. 58-74. Disponível em: <http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/152/213>. Acesso em 02 outubro 2017.

CRUZ, Francisco Herbster Alencar, et al. Análise crítico-compreensiva da Base Nacional Comum Curricular voltada para os conteúdos de Geografia Física na Educação Básica. **REGNE**, v. 2, n. especial, 2016.

CUNHA, Ana Maria de Oliveira; KRASILCHIK, Myriam. A formação continuada de professores de Ciências: percepções a partir de uma experiência. In: **Reunião anual da ANPED**, 23, 2000, Caxambu, Minas Gerais. Anais: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0812t.PDF>. 24 a 28 de setembro de 2000. UFMG. p. 01-14.

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS IST, DO HIV/AIDS E DAS HEPATITES VIRAIS. **O que são IST**. Ministério da Saúde, setembro de 2018. Disponível em: < <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist>>. Acesso em 19 de setembro de 2018.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola Sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 49 – 62.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Org.). **Política públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 127 – 142.

FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo da educação. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 54-66.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. – 3 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damino (Org.). **Educação sexual**: em busca de mudanças. Londrina: UEL, 2009.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: Problemas de conceituação e terminologias básicas adotadas na produção acadêmico-científica brasileira. **Semina**: Ci. Sociais/Humanas, v. 17, n. 3, p. 286-293, set. 1996.

FONSECA, Alexandre Barbosa; JÚNIOR, Marinaldo Barbosa dos Santos; DUARTE, Paula Fernando Alves; DELEVATI, Dalnei. Psicanálise e as relações objetais. **Cadernos de Graduação** - Ciências Biológicas e da Saúde, Maceió, v. 1, n.3, 2013. p. 57-66.

FREITAS, Denise de. VILLANI, Alberto. Formação de professores de ciências: um desafio sem limites. **Investigações em Ensino de Ciências**, v.7, n. 3, 2002, p.215-230.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 17 – 34.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 67 – 82.

FURLANI, Jimena. **O bicho vai pegar! Um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos de educação infantil**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: PPG Edu/UFRGS. 2005

FURLANI, Jimena (Org.). **Educação Sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GIL, Gilberto; BUARQUE, Chico. In: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque**. Produzido e dirigido por: Sérgio de Carvalho. Polygram/Philips, 1978. Faixa 2, Lado 1. Disco de Vinil.

GODINHO, Tatau. Construir a igualdade: combatendo a discriminação. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Política públicas e igualdade de gênero** (Org.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 55- 64.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 30-42.

GONÇALVES, Randys Caldeira; FALEIRO, José Henrique; MALAFAIA, Guilherme, Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v. 5, p. 251-263, out. 2013. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/784>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação Sexual na Escola: mito e realidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

GUIZZO, Bianca Salazar; FELIPE, Jane. Avanços e retrocessos em políticas públicas contemporâneas relacionadas a gênero e sexualidade: entrelaces com a educação. 37^a **Reunião Nacional da ANPED** – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Brasília – DF, 24 p. 2012. [online]. Disponível em: < https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em 20 mar. 2018.

JUNQUEIRA, Ana Paula Ramos; DAMICO, David Moreira; FILHO, Rubem Machado. Grau de conhecimento e comprometimento com os Parâmetros Curriculares Nacionais para os terceiro e quarto ciclos pelos professores de Educação Física de Petrópolis, RJ. **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, ano 17, n. 178, março de 2013.

KAUR, Rup. **The sun and her flowers**. Andrews Mc Mell Publishing, 2017.

LEÃO, Andreza Marques de Castro; REZENDE, Evelin Oliveira de; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Parâmetros Curriculares Nacionais: a repressão sexual contida na orientação sexual. In: SOUZA, Cláudio Benedito Gomide de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (Org). **Sexualidade, diversidade e culturas escolares:** contribuições ibero-americanas para estudos de educação. Gênero e valores. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2008.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, volume 9, número 2, 2001. p. 541 – 553.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUSTOSA, Mariana Silva. **O olhar docente sobre o Ensino de Ciências da Natureza no Fundamental II em Campina Grande, PB**. 2013, 57f. Monografia de Conclusão

de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, 2013.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do Movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.507-524, abr.-jun., 2017.

MAIA, Marília Milhomem Moscoso. **Gênero no contexto escolar da educação infantil:** produções institucionais (RCNEI e BNCC). 2017. 97 f. Mestrado (Cultura e Sociedade), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira; LIMA, Marcelo. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MARTINS, Maria do Carmo. In: ALVES FILHO, Manuel. Base Curricular é conservadora, privatizante e ameaça autonomia, avaliam especialistas. **Jornal da UNICAMP**. 04 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/04/base-curricular-e-conservadora-privatizante-e-ameaca-autonomia-avaliam>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

MEYER, Caroline Arcari. **Livro "O que é privacidade?":** uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças. 2017. 110 f. Mestrado Profissional (Educação Sexual), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, São Paulo.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo da educação. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 11-29.

MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil. 2009. **NIEM - Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cynthia.pdf>. Acesso em 21 ago. 2017.

MOIZES, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Villela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 205-212, mar. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000100029&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 dez. 2017.

MORENO, Jean Carlos. História na Base Nacional Comum Curricular: déjà vu e novo dilemas no século XXI. **História & Ensino**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 07-27, jan. /jun. 2016.

NAGIB, Miguel. **O movimento**. [online]. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/movimento>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

NUNES, Flaviana Gasparotti. Professores e parâmetros curriculares nacionais (PCN): como está essa relação? **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 24, março 2012.

In: **Seminário de Estágio da Licenciatura em Ciências Sociais**. 2. 2011, Londrina. Anais eletrônicos. Londrina, UEL, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aOLIVEIRA%20%20Polyanna%20Claudia.pdf>>. Acesso em 24 de maio de 2016.

NÚÑEZ, Isauro Beltrán; RAMALHO, Betânia Leite; SILVA, Ilka Karine P. da; CAMPOS, Ana Paula N. A seleção dos livros didáticos: um saber necessário ao professor. **OEI - Revista Iberoamericana de Educación** (Online), p. 1-5, 2003. Disponível em: <<https://rieoei.org/historico/deloslectores/427Beltran.pdf>>. Acesso em 23 maio. 2018.

OLIVEIRA, Polyanna Claudia. A Importância do Ensino Sobre Questões de Gênero na Educação. In: **Seminário de Estágio da Licenciatura em Ciências Sociais**. 2. 2011, Londrina. Anais eletrônicos. Londrina, UEL, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aOLIVEIRA%20%20Polyanna%20Claudia.pdf>>. Acesso em 24 de maio de 2016.

PAULINO-PEREIRA, Fernando César; SANTOS, Lara Gabriella Alves dos; MENDES, Sarah Cristina Carvalho. Gênero e identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, 2017.

PAVINI, Gislaine Cristina. **O Método Sesi de Ensino na escola do campo: a controversa chegada do estranho**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2012.

PAVINI, Gislaine Cristina; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce. Ideologia Industrial X Cultura Rural: o Método SESI de Ensino numa escola rural. **Revista Retratos de Assentamentos**, v.16, n.2, 2013.

PEREIRA, Zilene Moreira; MONTEIRO, Simone. Gênero e sexualidade no ensino de ciências no Brasil: análise da produção científica recente. **Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – IX ENPEC**. Águas de Lindóia, SP – 10 a 14 de novembro de 2013.

PEREZ, Lícia. Os desafios para o século XXI. In: GALEAZZI, Irene Maria Sassi (Org) **Mulher e Trabalho**. Publicação Especial do Convênio da Pesquisa e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PEDRMPA), v. 1, 2001. p. 51-53.

PETERS, Michael. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2000.

PORCHAT, Patrícia. Ato performativo e desconstrução: o gênero em Judith Butler. In: AMBRA, Pedro Eduardo Silva; JÚNIOR, Nelson da Silva (Org.). **Histeria e Gênero: sexo como desencontro**. – São Paulo: nVersos, 2014. p. 31-52.

PULEO, Alicia H. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas e igualdade de gênero** (Org.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 13-34.

PORTO, Dora. Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade. **Revista Bioética**, v. 16, n. 02. 2008. p. 287 – 303.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, jan./abr. 2016.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; SOUZA, Nádia Geisa Silveira de; SOUZA, Diogo Onofre. Sexualidade na sala de aula: pedagogias escolares de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.109-129, abr. 2004.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amelia de Souza (Org). **Formação docente em gênero e sexualidade: Entrelaçando teorias, políticas e práticas**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 07-15.

RODRIGUES, A. R. F.; SALLES, G. D. Educação Sexual, Gênero e Diversidade Sexual: Formação de Professoras e Alunas Multiplicadoras como Metodologia de Ensino. **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. GT6- Gênero e Educação.

SALDAÑA, Paulo. Governo Temer esvazia gênero na base curricular e mistura tema com religião. **Folha Digital**: [s.n.], 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1940989-governo-Golpista-esvazia-genero-na-base-curricular-e-mistura-tema-com-religiao.shtml>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SANTOS, Franciele M. S. dos. Políticas públicas, gênero e sexualidade: educação sexual e direitos humanos. **Anais** do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 2010.

SANTOS, Taysa Silva; MAIA, Suzana. A condição feminina: dupla jornada de trabalho. In: **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Anais Eletrônicos... Belo Horizonte, jun. 2013. Disponível em: < <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20CONDI%C3%87%C3%83O%20FEMININA%20UPLA%20JORNADA%20DE%20TRABALHO.pdf>>. Acesso em 07 jun. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. **XI Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação – ANPED SUL**. Congresso. 2016.

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 561 – 572, maio-agosto, 2011.

SENKEVICS, Adriano Souza; POLIDORO, Juliano Zequini. Corpo, gênero e ciência: na interface entre biologia e sociedade. *Revista da Biologia*, v. 09, 2012. p. 16 – 21.

SESI – SP (Serviço Social da Indústria). **Ciências: Ensino Fundamental 6º ano**. Coordenação geral: Maria José Zanardi Castaldi. 1. ed. – São Paulo: SESI, 2010a.

SESI – SP (Serviço Social da Indústria). **Ciências: Ensino Fundamental 7º ano**. Coordenação geral: Maria José Zanardi Castaldi. 1. ed. – São Paulo: SESI, 2010b.

SESI – SP (Serviço Social da Indústria). **Ciências: Ensino Fundamental 8º ano**. Coordenação geral: Maria José Zanardi Castaldi. 1. ed. – São Paulo: SESI, 2010c.

SESI – SP (Serviço Social da Indústria). **Ciências: Ensino Fundamental 9º ano**. Coordenação geral: Maria José Zanardi Castaldi. 1. ed. – São Paulo: SESI, 2010d.

Serviço Social da Indústria (SESI) - SP. **Fazer pedagógico: livro do professor**. Coordenação geral: Maria José Zanardi Castaldi. 1. ed. – São Paulo: SESI, 2010e.

SEVILLA, Gabriela; SEFFNER, Fernando. A guinada conservadora na educação: reflexões sobre o novo contexto político e suas reverberações para a abordagem de gênero e sexualidade na escola. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**. Anais Eletrônicos... Florianópolis, 2017. Disponível em:

<http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499465018_ARQUIVO_t extocompletofazendogeneroversaofinalgabrielsevillaefernandoseffner.pdf>. Acesso em: 12 mar 2018.

SEVILLA, Gabriela; SEFFNER, Fernando. “Escola Sem Partido” e sem “Ideologia de Gênero”: apontamentos sobre as mudanças na legislação educacional e suas implicações para o ensino de Sociologia. In: **SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO: Políticas do ressentimento, do medo e da raiva: reverberações na educação**, 7., 2017. Anais eletrônicos... SBECE, 2017. Disponível em:

<<http://www.sbece.com.br/resources/anais/7/1495995179ARQUIVOGABRIELA.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, 2015.

SILVA, Elenita Pinheiro Queiroz.; CICILLINI, Graça Aparecida. Das noções de corpo no Ensino de Biologia aos dizeres sobre sexualidade. In: **33ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED – EDUCAÇÃO NO BRASIL: O BALANÇO DE UMA DÉCADA**. Caxambu/MG. Anais... Caxambu/MG, 2010.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo radical – pensamento e movimento. **Revista Travessias** – Educação, Cultura, Linguagem e Arte, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3107/2445>>. Acesso em: 21 ago. 2017;

SILVA, Silvani da. **A utopia da educação do campo frente a ideologia industrial: o caso de Araraquara-SP**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2015.

SIMÕES, Júlio Assis; FACHINNI, Regina. Paradoxos da Identidade. In: SIMÕES, Júlio Assis; FACHINNI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 17-35.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In: **CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI –**

UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA. Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito, XXIV. Florianópolis: CONPEDI, 2015.

SOARES, Adriana. Reflexões sobre os parâmetros curriculares nacionais da língua estrangeira do ensino Fundamental do ponto de vista psicolinguístico. **Revista Ensiquilopédia**, v. 7, p. 106-118, 2010.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas e igualdade de gênero** (Org.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 113-126.

SOUSA FILHO, Alípio de. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Ministério da Educação: Secad/MEC. Brasília, 2009, p. 95-124.

SOUZA, Bruno Barbosa de; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida. Uma reflexão a respeito dos conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e identidade afetivo-sexual. In: **V Simpósio internacional em Educação Sexual**, 2017, Maringá. V Simpósio internacional em Educação Sexual, 2017. p. 1-16.

SOUZA, Marselha Evangelista de. **Evangélicos e Movimento LGBT na esfera pública**: a “Cura Gay” trazendo novas perspectivas. 2016 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SOUZA, Solange Lemes de; COAN, Cherlei Marcia. Abordagem da sexualidade humana em livros didáticos de biologia. **III SIES – Simpósio Internacional de Educação Sexual**: corpos, identidade de gênero e heteronormatividade no espaço escolar. Maringá -PR, 24 a 26 de abril de 2013. Anais. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/anais/pdf/educacao_sexual_escolar/4-17.pdf>. Acesso em 23 mai. 2018.

STRASSACAPA, Juliana. In: Francisco el Hombre. **Soltasbruxa**. Estúdio Navegantes. São Paulo: Independente, 2016. 1 CD. Faixa 6.

SUPLICY, Marta; et al. **Guia de orientação sexual**: diretrizes e metodologia/ tradução e adaptação: Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual, Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS; Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana. 8ª ed. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

TEIXEIRA, Cíntia Maria; MAGNABOSCO, Maria Helena. **Gênero e diversidade**: formação de educadoras/es. – 1. ed; Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VACCARI, Ana Beatriz Lia. **Os casos de Araraquara e São Carlos-SP (2001-2008): um modo petista de governar a educação?** 2011, 388f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. (Org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004.

VIEIRA, Cristina Maria Coimbra. Crescer sem discriminações. Perscrutando e combatendo estereótipos de gênero nas práticas familiares e escolares. In: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amelia de Souza (Org). **Formação docente em gênero e sexualidade: Entrelaçando teorias, políticas e práticas**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 75-101.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Sexual health, human rights and the law. **WHO Document Production Services**, Geneva, Switzerland, 2015. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/175556/1/9789241564984_eng.pdf?ua=1>. Acesso em: 14 mar. 2018.

ZANATTA, Luiz Fabiano et al. Igualdade de gênero: por que o Brasil vive retrocessos? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 8, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016000800301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 jan. 2017.